

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes

Quadro 1 – Ativo

Quadro 2 – Passivo e patrimônio líquido

Quadro 3 – Demonstração do resultado do exercício

Quadro 4 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 – Demonstração do Resultado Abrangente

Quadro 6 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos

Diretores

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH

Joinville - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Interpretação ITG 2002, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1409/12.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras que apresentam uma visão verdadeira e justa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a

administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville (SC), 28 de abril de 2023

ADEMIR
SCHATZMANN
ANN:6387
0657987

Assinado de forma digital por ADEMIR SCHATZMANN:63870657987
Dados: 2023.04.28 18:17:19 -03'00'

Ademir Schatzmann
CRC/SC nº 021.378/O- SC



SCHATZMANN AUDITORES
CRC/SC nº 6.430/O-1

QUADRO 01
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH
BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Reais)

ATIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	709.842	703.699
Contas a Receber		796	1.958
Outras Contas a Receber		46.862	31.910
Total do Ativo Circulante		757.500	737.567
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	05	15.026	-
Total do Ativo Não Circulante		15.026	-
TOTAL DO ATIVO		772.526	737.567

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

QUADRO 02
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH
BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores	06	57.273	8.260
Obrigações Sociais		155	-
Obrigações Tributárias		1.940	-
Outras Contas a Pagar		11.505	-
Total do Passivo Circulante		70.873	8.260
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social	07	729.307	363.591
Superávit (Déficit) do Exercício		(27.654)	365.716
Patrimônio Líquido		701.653	729.307
Total do Patrimônio Líquido		701.653	729.307
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		772.526	737.567

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

QUADRO 03**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em Reais)

	Nota	2022	2021
Receita Operacional Líquida		43.959	58.200
Outras Receitas Operacionais		658.100	689.744
Doações		13.224	41.633
Receita de Projetos	08	644.876	648.111
Total Receitas Operacionais		702.059	747.944
Despesas Operacionais		(782.676)	(396.024)
Despesas de Projetos	08	(764.287)	(382.059)
Administrativas	09	(14.269)	(8.645)
Tributárias		(4.120)	(5.320)
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas		52.963	13.796
Total Despesas Operacionais		(729.713)	(382.228)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO PERÍODO		(27.654)	365.716

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

QUADRO 04**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH****DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Superávit / Déficit do Exercício	<u>(27.654)</u>	<u>365.716</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total de Outros Resultados Abrangentes do Exercício	<u>(27.654)</u>	<u>365.716</u>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

QUADRO 05
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH
MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS
 (Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulado	Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2020	166.656	196.935	363.591
Incorporação ao Patrimônio Social	196.935	(196.935)	-
Superávit do Exercício	-	365.716	365.716
Em 31 de dezembro de 2021	363.591	365.716	729.307
Incorporação ao Patrimônio Social	365.716	(365.716)	-
Déficit do Exercício	-	(27.654)	(27.654)
Em 31 de dezembro de 2022	729.307	(27.654)	701.653

QUADRO 06**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO****MÉTODO INDIRETO**

(Em Reais)

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit/Superávit do Exercício	(27.654)	365.716
Ajustados por:		
Depreciação e Amortização	2.626	-
Varição nos Ativos e Passivos Operacionais		
Contas a Receber	1.162	(1.162)
Outras Contas a Receber	(14.952)	(31.910)
Fornecedores	49.013	(38.490)
Obrigações Sociais	155	(87)
Obrigações Tributárias	1.940	(256)
Outras Obrigações	11.505	(14.333)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	23.795	279.478
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Ativo Imobilizado	(17.652)	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	(17.652)	-
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.143	279.478
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	703.699	424.221
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	709.842	703.699

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH** – é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, criada em 2004 no Brasil, buscando ampliar o número de educadores e defensores de direitos humanos. O IDDH possui status consultivo junto à ONU e é membro do Grupo de trabalho de ONGs para a Educação em Direitos Humanos das Nações Unidas.

Tendo como missão promover a Educação para a cidadania como meio de diminuir desigualdades e fortalecer a democracia no Brasil, ao longo do ano de 2022 o Instituto realizou as seguintes atividades:

Área de advocacy e Articulação: Coordenação do Coletivo RPU Brasil

O Coletivo RPU Brasil é uma coalizão atualmente composta por 31 organizações, associações, redes e coletivos da sociedade civil brasileira que, desde sua criação, em 2017, têm realizado o monitoramento dos direitos humanos no país através do mecanismo da Revisão Periódica Universal (RPU) das Nações Unidas. Desde a criação, o IDDH atua coordenando suas atividades.

Em 2022, o Coletivo RPU realizou seu primeiro encontro presencial após o início da pandemia, durante os dias 23-26 de maio de 2022, em Brasília, para discutir e realizar o mapeamento do cenário internacional e construção agenda de incidências 2022 - 2023.

Ainda, durante a semana em Brasília, no dia 24 de maio, o Coletivo RPU reuniu-se com representantes de embaixadas sediadas em Brasília para fazer o lançamento dos relatórios paralelos e discutir as principais temáticas de direitos humanos no Brasil - este evento foi organizado pelo IDDH em parceria com a Embaixada do Canadá e da Noruega em Brasília.

Já no dia 25 de maio, o Coletivo RPU realizou o lançamento oficial dos 11 relatórios temáticos de acompanhamento das recomendações da RPU nesta passagem do 3º para o 4º ciclo, durante evento organizado pelo CNDH e Coletivo RPU.

O Coletivo RPU também elaborou uma Carta Aberta em resposta ao Relatório Nacional do Estado Brasileiro, destacando a disparidade entre a realidade e a situação abordada no Relatório Nacional.

Em agosto, o Coletivo RPU se articulou para acompanhar presencialmente, em Genebra, a Pré-Sessão do Brasil, evento organizado pela ONG suíça UPR Info. Na oportunidade, o Coletivo RPU esteve representado na mesa de debates pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH), que abordaram, respectivamente, as temáticas indígena e a perspectiva de gênero voltada à educação.

Aproveitando a semana em Genebra, no dia 31 de agosto, o grupo também organizou um seminário internacional, que teve como objetivo informar e denunciar à comunidade internacional sobre a realidade Brasil e estimular sinergias para a defesa da democracia e dos direitos humanos no país. O evento foi dividido em blocos temáticos, que foram abordados temas como a pandemia da Covid-19 e o direito à saúde, o racismo, os povos indígenas, violência de gênero e grupos LGBTQIA+, além do descumprimento de tratados internacionais e o processo eleitoral.

Em novembro de 2022, o Coletivo RPU se organizou para estar presente na 41ª sessão de avaliação da RPU, que aconteceu entre os dias 14 a 19 de novembro. Nesse momento, os Estados-membros da ONU tiraram suas dúvidas sobre a situação dos direitos humanos e fizeram novas recomendações ao Brasil para o 4º ciclo.

Nesta mesma sessão, o grupo organizou um evento paralelo intitulado “Balanço do Último Ciclo da Revisão Periódica Universal (RPU) e Perspectivas para o Futuro”, para discutir as recomendações recebidas e perspectivas para este novo ciclo da RPU que se inicia. O evento contou com a participação do Jornalista Jamil Chade, Rodnei Jericó (Geledés), Camila Gomes (Terra de Direitos) e o RE sobre Liberdade de Reunião Pacífica e de Associação, Clement Voule.

Para finalizar as atividades deste ano, o Coletivo RPU elaborou uma Carta ao Governo De Transição, especialmente às equipes de Direitos Humanos e Relações Exteriores, visando estabelecer um diálogo sobre as recomendações do 4º ciclo e incentivar a construção de um Sistema Nacional de Acompanhamento e Monitoramento das Recomendações em matérias de direitos humanos.

Participação nas Sessões Regulares Conselho DH

Em 2022, o IDDH realizou incidências durante as três sessões do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Confira abaixo, um resumo de nossas atuações:

Na 49ª sessão (fevereiro/março 2022) levantamos pautas como, por exemplo, direitos humanos e racismo no Brasil, denunciando o racismo, a misoginia, degradação ambiental e descaso com a população LGBTI+; também co-patrocinamos uma manifestação por vídeo sobre educação em direitos humanos apresentada pela World Scout Movement Organization, pedindo aos Estados para que examinem o progresso em âmbito nacional das medidas tomadas em relação à EDH, submetendo o Relatório de Meio-Período à 4ª fase do PMEDH.

Co-patrocinamos o seguinte evento paralelo a sessão, organizado por algumas OSC brasileiras .: “Violações dos Direitos Humanos no contexto da Covid-19 no Brasil”, que abordou aspectos, análises e casos que demonstram as graves violações a direitos humanos ocorridas durante a pandemia no Brasil, bem como promoveu o debate acerca da responsabilização do Estado diante de ações e omissões que, ao invés de combaterem o vírus, favoreceram sua disseminação.

Já na 50ª sessão, o IDDH co-patrocinou a manifestação por vídeo (vídeo statement) apresentada pela International Organization for the Right to Education and Freedom of Education (OIDEF), que tratou dos impactos da digitalização da educação, destacando o importante papel de mães e pais, comunidades, escolas e famílias na concepção de estratégias e políticas educacionais digitais.

O IDDH também co-patrocinou a manifestação escrita (written statement) submetida ao Conselho de Direitos Humanos para a renovação do mandato do "Expert Independente sobre Violência de Gênero, Sr. Víctor Madrigal-Borloz". O mandato foi renovado durante a sessão com 23 votos a favor, 17 contrários e 7 abstenções.

Por fim, na 51ª sessão, o IDDH co-patrocinou a manifestação por vídeo (vídeo statement) entregue pela Conectas Direitos Humanos, durante o Item 2 – Debate Geral, com o objetivo de denunciar os ataques ao sistema eleitoral e o aumento da violência política no Brasil.

Durante o Item 3 - Diálogo interativo com o relator especial sobre o direito ao desenvolvimento, o IDDH chamou a atenção para o apagão de dados em vários países, inclusive no Brasil o que impede o acompanhamento dos indicadores e a implementação da Agenda 2030.

Ainda, no mesmo Item 3, durante o Debate Geral, o IDDH realizou uma manifestação oral destacando o trabalho na implementação da quarta fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, enfatizando a importância de monitorar a agenda de EDH nos Estados. Também, durante o mesmo Item - Debate Geral, co-patrocinamos a fala da Soka Gakkai International, apresentada em nome do GT de ONGS sobre Educação e Aprendizado em Direitos Humanos, que ressaltar que alguns países têm tomado medidas para promover a educação não formal em direitos humanos, de forma acessível e sem discriminação, bem como vêm engajando jovens como parceiros chave para criação e promoção de políticas de educação.

Já no Item 6 – sobre a RPU, co-patrocinamos a fala realizada pela Centre Catholique International de Genève (CCIG), que buscou destacar que a sociedade civil e os governos locais e regionais devem aproximar dos cidadãos o processo de tomadas de decisões, assim como devem assegurar que leis, políticas e programas façam parte do concernimento de sujeitos de direito.

Ainda na 51ª sessão, nossa Diretora Executiva, Fernanda Lapa, foi convidada para participar como painelistas do evento "EquiTalks: Unindo nossas diversidades por meio da Educação em Direitos Humanos" organizado pela Equitas – International Centre for Human Rights Education; e o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos com o apoio da Missão Permanente do Canadá em Genebra. O evento buscou ressaltar a importância da educação em direitos humanos, suas interseções com espaços cada vez menores para a sociedade civil e para reuniões e associações pacíficas em todo o mundo, e a construção de boas práticas na educação em direitos humanos para criar mudanças sociais positivas.

“Painel: Quarta fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos – Olhando para os próximos dois anos: Lacunas e Conquistas”, discutindo sobre a implementação da quarta fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, além de boas práticas e perspectivas futuras para a EDH;

“Painel: Direitos Humanos no Brasil” que buscou chamar a atenção para a situação de direitos humanos no Brasil com foco para a violência política, crescente principalmente neste período eleitoral; insegurança nas instituições, com alegações infundadas de fraudes nas urnas, além das constantes violações de direitos humanos ocorridas no Brasil contra minorias, pautando em especial a juventude negra e de ambientalistas, que vêm sofrendo crescentes ataques nos últimos anos.

Boletim Sociedade Civil no Conselho de DH

Em 2021, o IDDH lançou o Boletim Sociedade Civil no Conselho de DH. A elaboração deste material parte da importância de ampliar o conhecimento e compartilhar informações sobre as incidências que estão sendo realizadas pelas organizações brasileiras no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH/ONU). Dessa forma, ele visa disseminar os esforços realizados e ampliar a visibilidade das entidades que fazem incidência internacional, a fim de fortalecer a participação cívica em tais espaços.

No ano de 2022, foram realizadas três edições do Boletim, as quais abordaram a 49ª, 50ª e 51ª Sessões do CDH/ONU.

Reunião sobre Follow-up/Seguimiento de Recomendações da RPU: Sociedade Civil da América do Sul - Coletivo RPU América do Sul

Na América do Sul, em novembro de 2021 o IDDH buscou ampliar a articulação regional, realizando a 1ª Reunião sobre Follow-up/Seguimiento de Recomendações da RPU: Sociedade Civil da América do Sul. O encontro reuniu organizações de sete países da região para troca de boas práticas. Como um resultado concreto da Reunião o grupo, que passou a ser chamado Coletivo RPU América do Sul/Colectivo EPU América del Sur, fez uma manifestação conjunta na Consulta Regional sobre Mecanismos Nacionais de Implementação, Relatórios e Follow-Up – América Latina e Caribe, realizada em dezembro de 2021 pelo ACNUDH. Na ocasião, o grupo reforçou a necessidade da ampliação de canais de diálogo entre as Nações Unidas, Estados e a sociedade civil regional, tanto para a construção de mecanismos nacionais de direitos humanos, como para a própria implementação das obrigações e compromissos internacionais de direitos humanos.

A fim de ampliar a articulação da sociedade civil, em âmbito regional, em 2022 o IDDH e a FES Brasil juntamente com ACNUDH Regional organizaram, em novembro, a 2ª Reunião Estratégica Coletivo RPU América do Sul para troca de experiências com mais de 20 entidades da sociedade civil da América do Sul que atuam com follow-up/seguimiento do mecanismo da revisão periódica universal, a RPU. Nesta oportunidade, definiu-se que para 2023, as organizações integrantes do Coletivo RPU América do Sul pretendem seguir a articulação para a realização de formação a ser organizada pelo IDDH e ações de incidência internacional.

Edital ECOAR

A primeira edição do Edital ECOAR, ocorrida em 2021, propôs selecionar 5 (cinco) defensoras/es de Direitos Humanos, um/a de cada região do país, para vivenciarem atividades práticas de advocacy na ONU Genebra, em 2022.

Em agosto de 2022, as/os participantes da primeira edição do Edital ECOAR tiveram a oportunidade de realizar o advocacy internacional presencialmente em Genebra, durante a Pré-Sessão de avaliação do Brasil. Neste momento, tiveram contato com Missões Permanentes, membros do ACNUDH e demais órgãos vinculados à ONU, além de participarem ativamente do seminário internacional, organizado pelo Coletivo RPU em parceria com o IDDH, intitulado "Discriminação Racial no Brasil: Violência contra população negra e aos povos indígenas", do qual uma das vencedoras do Edital ECOAR foi convidada para ser painelistas.

Neste ano de 2022, o IDDH lançou a segunda edição do Edital ECOAR, com o objetivo de selecionar 3 (três) defensoras/es de direitos humanos, representantes de entidades da sociedade civil que nunca atuaram presencialmente de atividades internacionais de advocacy. No primeiro semestre de 2023, elas/es irão à Genebra para vivenciarem o advocacy internacional in loco com a mentoria da equipe do IDDH.

Edital Olhares do Brasil

O IDDH lançou a segunda edição do Edital Olhares do Brasil neste ano de 2022, com o objetivo de divulgar artistas brasileiras/os que apresentam temas relacionados a Direito Humano em suas obras.

Em parceria com o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, o edital selecionou 17 obras para ilustrar as páginas do VII Relatório Luz, que será exibido no Fórum Político de Alto Nível Sobre Desenvolvimento Sustentável da ONU, em 2023, e visa denunciar aprofundamentos das violações de direitos humanos.

Além da apresentação na ONU, o relatório também ficará disponível para download no site oficial do IDDH e do GT SC para a Agenda 2030.

Foram recebidas mais de 70 inscrições, oriundas de artistas das mais variadas idades (19-75 anos), de todas as regiões do Brasil. Após uma grande seleção realizada pela organização do Relatório Luz, foram definidas as 17 obras que vão ilustrar o documento que analisa a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil e será entregue à ONU.

Formação Advocacy Internacional no Sistema de DH da ONU

Esta formação online foi especialmente elaborada para 32 defensoras/es de DH representantes da organização Plan International Brasil e da Aliança Down to Zero. Teve o objetivo principal de oferecer conhecimento teórico-prático básico sobre os principais mecanismos de Advocacy Internacional em Direitos Humanos do Sistema

ONU. Os conteúdos abordam o Conselho de Direitos Humanos, a Revisão Periódica Universal (RPU), os Comitês de Tratados e os Procedimentos Especiais. O curso foi realizado de maneira híbrida, mesclando conteúdos assíncronos, com encontros síncronos realizados ao longo de 4 semanas, através da Plataforma EducarDH. Ao final, as/os participantes, em grupos, desenvolveram uma atividade simulada de atuação nos órgãos e mecanismos estudados.

Formação Advocacy ONU: Curso básico - Assíncrono

Um curso completamente online e assíncrono com o objetivo de apresentar os principais mecanismos da ONU para a atuação em Direitos Humanos. Através da plataforma online, EducarDH, as/os participantes tiveram acesso a materiais referente aos quatro principais mecanismos de defesa dos Direitos Humanos da ONU: Conselho de Direitos Humanos (CDH), Revisão Periódico Universal (RPU), Comitês de Tratados e Procedimentos Especiais, além dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Assim, a formação pode ser acessada ao longo de seis semanas e contou com 188 pessoas participantes, contemplando todas as regiões do país. Ao finalizar o curso, as/os participantes estavam habilitadas/os a compreender o contexto de estrutura e funcionamento da ONU; e identificar e diferenciar os mecanismos de atuação desta.

Formação ONU e Juventude: Advocacy em Direitos Humanos

No âmbito do programa Juventude na ONU, o IDDH recentemente passou a atuar com juventudes, especialmente impulsionado pela atual 4ª fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos - PMEDH (2020-2023) e também por sua atuação na implementação da Agenda 2030 no Brasil. Considerando este público essencial para todas as agendas de direitos humanos no Brasil e na ONU, em 2022 realizamos o primeiro módulo (conhecer) da formação ONU e Juventude - Advocacy em Direitos Humanos que teve como principal objetivo, apresentar o Sistema ONU de Direitos Humanos e a Agenda 2030 para jovens lideranças. As 105 pessoas participantes, oriundas de todos os estados do país, ao longo de quatro semanas, participaram do curso online pela Plataforma EducarDH. Atividades assíncronas e encontros online síncronos foram realizados e, ao final, grupos de trios elaboraram propostas de implementação da Agenda 2030.

Um trio de cada região foi selecionado a partir de seu engajamento na formação e por uma avaliação entre pares, para participar de um módulo presencial (articular) a ser realizado no primeiro semestre de 2023, em Brasília, assim dando continuidade ao processo formativo.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão sendo apresentadas em Reais (R\$).

As Demonstrações Contábeis da **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH** foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil para

entidades sem finalidade de lucro, inclusive normas instituídas pela interpretação ITG 2002, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1409/12.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

b) Compensações entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Entidade, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos. Os saldos bancários e de aplicações financeiras cujos recursos irão compor prestações de contas aos doadores estão classificados como "com restrição", visto que sua aplicação é específica as finalidades previstas nos convênios.

d) Ativos Financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

e) Contas a Receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e mercadorias no decurso normal das atividades da Entidade.

As contas a receber de clientes no curto prazo, inicialmente, são reconhecidas pelo custo da operação e as de longo prazo pelo custo ajustado a valor presente (quando aplicável). Subsequentemente, essas contas são mensuradas pelo custo amortizado, menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos).

f) Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são apresentados pelo método do custo, deduzidos da respectiva depreciação. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do mesmo possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, conforme demonstrado a seguir:

Equipamentos de Informática 05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

g) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

h) Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando relevante.

i) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

j) Apuração do Resultado do Superávit (Déficit)

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência dos exercícios. O **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH** reconhece como receitas e custos, os serviços recebidos gratuitamente e subvenções. As verbas recebidas para aplicação em projetos são reconhecidas no resultado à medida que o projeto é executado.

k) Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

Créditos de liquidação duvidosa que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício, conforme a expectativa de perdas;

Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto à assessoria jurídica da Entidade;

Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;

Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Aplicações Financeiras	709.842	703.699
Total de Caixa e Equivalentes	<u>709.842</u>	<u>703.699</u>

NOTA 5 – IMOBILIZADO

	Equip. de Proc. de Dados	Total
Taxas anuais de depreciação	20%	
Em 31 de dezembro de 2020		
Custo	1.799	1.799
Dep. Acum.	(1.799)	(1.799)
Valor contábil líquido	-	-
Depreciação	-	-
Saldo Final	-	-
Em 31 de dezembro de 2021		
Custo	1.799	1.799
Dep. Acum.	(1.799)	(1.799)
Valor contábil líquido	-	-
Aquisição	17.652	17.652
Depreciação	(2.626)	(2.626)
Saldo Final	15.026	15.026
Em 31 de dezembro de 2022		
Custo	19.451	19.451
Dep. Acum.	(4.425)	(4.425)
Valor contábil líquido	15.026	15.026

NOTA 6 – FORNECEDORES

	2022	2021
Jader Rosa Rampinelli	-	1.300
Levante Lab. Sistemas EIRELI	6.960	6.960
Furtado Neto Advogados Associados	23.462	-
Kaue Natan Vezentainer	400	-
Patricia Vieira Coelho	3.500	-
Schatzmann Auditores Independentes	3.199	-
Servitec Servicos Ltda - ME	13.040	-
Tamara Feldman	6.712	-
Total Fornecedores	57.273	8.260

NOTA 7 - PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é formado pelos superávits/déficits acumulados que representam os recursos destinados a atingir o cumprimento de sua finalidade.

No exercício de 2022 a Entidade incorreu no déficit de R\$ 27.654, e ano de 2021 no superávit de R\$ 365.716.

Em 2022 o Instituto recebeu subvenções no montante de R\$ 644.876 e no ano de 2021 R\$ 648.111.

NOTA 8 – RECEITAS E DESPESAS DE PROJETOS

O Instituto obtém subvenções para realização de seus projetos, que tem como objetivo promover a educação para a cidadania, diminuindo desigualdades e fortalecer a democracia no Brasil.

Sua participação se dá em forma de articulações e redes de direitos humanos visando acompanhar e incidir na política interna e externa de direitos humanos.

Diante disso, realiza e coordena processos de incidência nacional e internacional sobre os direitos humanos no Brasil, em parceria com organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Mesmo diante da pandemia os projetos se mantiveram ativos, necessitando em alguns casos adaptação dos projetos para atendimento do seu objetivo, assim como novos incrementos financeiros.

No ano de 2022 o instituto promovia os seguintes projetos:

Projeto Noruega

Strengthening Brazilian Civil Society: Knowing and Acting in the Universal Human Rights System (BRA - 21/0011)

Prazo: 08/2021 a 04/2022

Finalidade: O projeto buscou aumentar o número de defensoras/es de direitos humanos por todo o país que sejam capazes de advogar nos mecanismos das Nações Unidas, assim como fortalecer a articulação e diálogo entre estas/es defensoras/es e stakeholders estratégicos.

Projeto Noruega

International Advocacy Network (RAI) - strengthening human rights in Brazil (BRA - 2022/0012)

Prazo: 08/2022 a 12/ 2022

Finalidade: O projeto buscou aumentar o número de defensoras/es de direitos humanos por todo o país que sejam capazes de advogar nos mecanismos das Nações Unidas, assim como fortalecer a articulação e diálogo entre estas/es defensoras/es e stakeholders estratégicos; e expandir o alcance da Rede de Advocacy Internacional (RAI).

Projeto UNDEF

Strengthening Human Rights Monitoring in Brazil (UDF-18-833-BRA)

Prazo: 06/2020 a 11/2022

Finalidade: O projeto busca construir um sistema articulado e conjunto de monitoramento de violações de direitos humanos para uso da sociedade civil brasileira, ao mesmo tempo em que fortalece o trabalho das organizações brasileiras de direitos humanos que atuam em nível internacional.

Projeto Suíça

Strengthening Civic Space and Social Participation - implementing SDGs and International human rights in Brazil

Prazo: 01/2021 a 07/2023

Finalidade: Este projeto visa fortalecer o espaço cívico no Brasil, aumentando a participação da sociedade e empoderamento dos defensores de direitos humanos de todo o país.

Projeto Países Baixos

Fortalecendo a Sociedade Civil no Brasil: conhecer, articular e implementar

Prazo: 08/2021 a 07/2022

Finalidade: Capacitar organizações da sociedade civil brasileira para atuarem em sistemas de direitos humanos e ampliando especialmente a articulação nas temáticas de gênero e sexualidade.

NOTA 09 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Aluguéis e Condomínios - PJ	(8.352)	(7.404)
Manutenção e Reparos de Imóveis	(590)	-
Depreciações	(2.626)	-
Brindes de Donativos	-	(320)
Material de Expediente	(1.027)	-
Correios	-	(134)
Despesas com Informática	-	(70)
Assessoria Empresarial	-	(45)
Outras Despesas	(1.674)	(672)
Total de Despesas Administrativas	(14.269)	(8.645)

NOTA 11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras e outras contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos. A Administração da Entidade não realizou nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.

* * * * *